

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **47/2022**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Prefeito, Sr. Alexandre Kalil, à Secretária Municipal de Assuntos Institucionais, Sra. Adriana Branco, ao Presidente da BHTRANS, Sr. Diogo Prosdocimi e ao Presidente da Belotur, Sr. Gilberto Castro, pedido de informação sobre os aditivos aos contratos de publicidade publicados no DOM¹ em 29/01/2022.

Conforme consta da publicação foram celebrados os seguintes termos aditivos:

- 3º Termo aditivo firmado entre a Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e a empresa Perfil 252 Comunicação Completa Ltda. no valor de R\$ 46.000.000,00;
- 3º Termo aditivo firmado entre a BHTRANS e a empresa Lápis Raro Agência de Comunicação Ltda. no valor de R\$ 3.000.000,00;
- 3º Termo aditivo firmado entre a Belotur e a empresa Dezoito Comunicação Ltda. no valor de R\$ 8.500.000,00;

Diante do grande vulto e da ausência de justificativa robusta das contratações pergunta-se:

1) Como foram estimados os valores dos aditivos? Demonstrar por meio da especificação do gasto dos aditivos anteriores.

2) Foi observado o procedimento licitatório no que tange à verificação de valor de mercado, manutenção da condição de habilitação e ateste de vantajosidade? Enviar a documentação comprobatória.

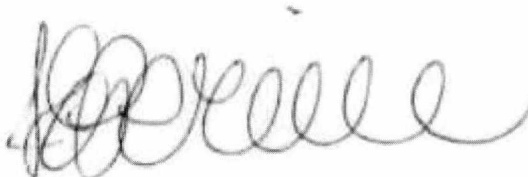
3) Quais são as ações de publicidade previstas para utilização do contrato?

¹ <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/edicao/6496>

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 02.02.22
HORA: 12:03:18

Requeiro, por fim, que seja enviado todo o processo licitatório bem como os instrumentos contratuais, aditivos e ordens de serviço já executadas referente aos contratos citados.

Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2022.



Vereadora Fernanda Pereira Altoé

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
05 / 02 / 22
1m/600
Responsável pela distribuição

Ao Senhor

Vereador Professor Claudiney Dulim

Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

48/2022

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas que seja feita alteração no conteúdo do Requerimento de Comissão nº 17/2022, de minha autoria, aprovado pela Comissão na data de 02/02/2022.

Onde lê-se: "constantes do Diário Oficial do Município do dia 31/01/2022."

Leia-se: "constantes do Diário Oficial do Município do dia 29/01/2022."

O presente requerimento tem por objetivo corrigir o erro material para que do envio do pedido de informação a Prefeitura de Belo Horizonte conste a data correta da publicação no Diário Oficial do Município.

Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2022.

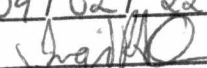


Vereador Gabriel

Excelentíssimo Senhor

Vereador Professor Claudiney Dulim

Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

| |
|---|
| PROPOSIÇÃO INICIAL |
| Avulsos distribuídos |
| Em 04/02/22 |
|  533 |
| Responsável pela distribuição |

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 03/02/2022
HORA: 14:40:42



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

PARECER 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 193/2021

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria dos vereadores Marcos Crispim, Walter Tosta, Wanderley Porto e da vereadora Professora Marli que ***"Dispõe sobre a inclusão de categorias e isenções na taxa de inscrição nas corridas de rua realizadas no município de Belo Horizonte."***

O Projeto de Lei foi encaminhado inicialmente à Comissão de Legislação e Justiça – **fl.21** que aprovou o parecer do relator concluindo pela **Constitucionalidade, Legalidade e Regimentalidade** com apresentação de emenda (**fls. 22/25**).

Encaminhado à Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor (**fl.26**), essa aprovou o parecer do relator que concluiu pela **aprovação** do projeto de lei (**fls.27/29**).

Encaminhado à Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo (**fl.30**) essa aprovou o parecer do relator, concluindo pela **aprovação** do projeto de lei (**fls. 32/34**).

Encaminhado a esta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas (**fl.37**), fui designado relator.

O PL foi instruído com a legislação correlata conforme se constata pelos documentos de **fls. 5 a 19**.

Esse é o relatório em síntese apertada.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 08/02/2022
HORA: 14:57:13

Tudo visto e examinado, como relator designado para a matéria, passo à fundamentação do meu parecer e voto.

FUNDAMENTAÇÃO

Submete-se, nesta oportunidade ao crivo desta Comissão o Projeto de Lei em questão para análise e emissão de parecer.

A respeito da competência da **Comissão de Orçamento e Finanças Públicas**, conforme despacho de recebimento exarado pela Presidente da Câmara a matéria objeto da Proposição em comento deve passar pelo crivo do disposto no **inciso III, “g”, do art. 52 do Regimento Interno, in verbis:**

Art. 52 - A competência de cada comissão permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo especificamente à:

[...]

III – Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

[...]

g) atuação do poder público na atividade econômica;

[...]

O projeto de lei em análise “Dispõe sobre a inclusão de categorias e isenções na taxa de inscrição nas corridas de rua realizadas no município de Belo Horizonte”.

O PL trata das categorias dos “atletas com deficiência” e das modalidades de deficiência.

De acordo com o PL em análise passa a ser obrigatória a isenção do pagamento de taxa de inscrição às pessoas enquadradas na categoria de atletas com deficiência.

Enfim, os Nobres legisladores alegam que “O objetivo

do presente projeto de lei é garantir a inclusão da categoria de atletas com deficiência, de crianças e de adolescentes nas corridas de rua promovidas pela Cidade, bem como incentivar sua participação com menor custo na taxa de inscrição. No caso dos atletas com deficiência obrigatória isenção do pagamento de taxa de inscrição(...)" - sic.

Pois bem vejamos o que segue abaixo.

DA ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA ATIVIDADE ECONÔMICA

Torna-se despidiendo no momento entender como o Estado interveio na economia ao longo do tempo, pois, a questão deve ser analisada à luz da proposição de lei em análise e do seu objetivo proposto.

A atuação do Estado pode dar-se de forma direta ou indireta. Direta quando ele, o próprio Estado, atua no desenvolvimento da atividade econômica e, indireta quando este cumpre a função de regulamentar, fiscalizar, incentiva ou normatizar a atuação de outros agentes econômicos.

In casu, salvo outro entendimento, o município não atuará diretamente no domínio econômico, não atuará em parcerias; tampouco atuará de forma indireta de modo a ter que disciplinar uma atividade econômica.

Portanto, a matéria do Projeto de Lei em análise não guarda nenhuma correlação com a atuação do Poder Público, pois, a proposição não trata de nenhuma atividade econômica do município, seja de forma direta ou indireta.

Logo, sou pela conclusão que segue abaixo.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, manifesto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº. 193/2021.

Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 2022


ÁLVARO DAMIÃO
VEREADOR – DEM
Relator

GP. EXTER-025/OF

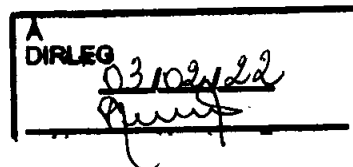
Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2022

Ref.: abertura de Crédito Extraordinário.

Senhora Presidente,

1. Com meus cumprimentos, e em função do encerramento do exercício de 2021, venho dar conhecimento a Vossa Excelência, acerca dos últimos ajustes orçamentários realizados ao final daquele ano, visando a continuidade das ações e serviços voltados ao Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública, em decorrência dos danos causados pelo Coronavírus-COVID-19, que acarretaram situação de calamidade pública em Belo Horizonte.
2. Neste sentido, foram publicados, no mês de dezembro daquele exercício, os seguintes decretos de crédito extraordinário:
 - i. **Decreto 17.808 de 15/12/2021**, publicado no DOM no dia 16/12/2021, no valor de R\$14.012.913,89 (quatorze milhões, doze mil, novecentos e treze reais e oitenta e nove centavos);
 - ii. **Decreto 17.809 de 15/12/2021**, publicado no DOM no dia 16/12/2021, no valor de R\$1.957.881,86 (um milhão, novecentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos);
 - iii. **Decreto 17.811 de 17/12/2021**, publicado no DOM no dia 18/12/2021, no valor de R\$2.150.185,00 (dois milhões, cento e cinquenta mil e cento e oitenta reais);
 - iv. **Decreto 17.812 de 17/12/2021**, publicado no DOM no dia 18/12/2021, no valor de R\$27.882.638,00 (vinte e sete milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e trinta e oito reais);
 - v. **Decreto 17.815 de 22/12/2021**, publicado no DOM no dia 23/12/2021, no valor de R\$142.146.719,61 (cento e quarenta e dois milhões, cento e quarenta e seis mil, setecentos e dezenove reais e sessenta e um centavos);
 - vi. **Decreto 17.832 de 29/12/2021**, publicado no DOM do dia 30/12/2021, no valor de R\$13.074.104,35 (treze milhões, setenta e quatro mil, cento e quatro reais e trinta e cinco centavos); e

A Sua Excelência a Senhora
VEREADORA NELY AQUINO
Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte
Avenida dos Andradas, 3.100 – Santa Efigênia
30.260-900 - BELO HORIZONTE – MG

93
Sil



GP. EXTER-025/OF – Cont.2

vii. **Decreto 17.837 de 30/12/2021**, publicado no DOM do dia 31/12/2021, no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3. Dentre as rubricas suplementadas, merecem destaque aquelas referentes ao repasse de recursos à rede hospitalar (R\$192.236.940,06); distribuição de cestas básicas às famílias carentes (R\$53.127.513,45); e contratação de pessoal terceirizado (R\$6.508.601,54).

4. Os decretos acima citados, encontram respaldo no disposto no Art. 44 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; no Decreto Estadual nº 48.205, de 15 de junho de 2021; no Decreto Municipal nº 17.635, de 23 de junho de 2021; e no *caput* do Art. 4º da Lei nº 11.277, de 28 de dezembro de 2020.

5. Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência para o que se fizer necessário.

Atenciosamente,

ALEXANDRE
KALIL:29853109620

Assinado de forma digital por
ALEXANDRE KALIL:29853109620
Dados: 2022.02.01 10:17:34
-03'00'

ALEXANDRE KALIL
Prefeito

-02-Fev-2022-17:10-000871-2/3

PRESIDENCIA

